

MAPA DE RISCO

Nº	Fase da Contratação	Descrição do Risco	Probabilidade	Dano Potencial / Impacto	Ação Preventiva (Mitigação)	Ação de Contingência	Responsável
1	Pré-Contratual (Licitação)	Impugnações ao Edital ou Termo de Referência: Questionamentos jurídicos ou técnicos por parte das licitantes.	Baixa	Atraso no andamento da licitação e, consequentemente, no início da prestação dos serviços.	Planejamento detalhado obedecendo estritamente às normas vigentes e mapeando o mercado de forma a evitar direcionamentos a fornecedores específicos.	Responder formalmente às impugnações e promover adequações corretivas no Termo de Referência ou edital, se necessário.	Equipe de planejamento da contratação.
2	Pré-Contratual (Licitação)	Licitação Deserta ou Fracassada: Ausência de propostas válidas ou desclassificação em massa das empresas participantes.	Média	Perda dos recursos públicos aplicados no planejamento, atraso cronológico e indisponibilidade do fornecimento.	Planejar a contratação conforme as normas técnicas e legais, ponderando a atratividade econômica e as práticas vigentes do mercado.	Investigar as causas do insucesso, readequar exigências excessivas ou itens de preço e republicar o edital ou instruir contratação direta/emergencial se houver amparo legal.	Equipe responsável pela licitação e equipe de planejamento.
3	Pré-Contratual (Licitação)	Vícios Formais ou Materiais no Procedimento: Erros de instrução que resultem na invalidação do certame por instâncias superiores.	Média	Determinação de anulação do certame (como ocorrido no PE nº 90056/2025 pela Secretaria-Geral), gerando desassistência e reinício do rito.	Submissão das minutas à rigorosa conferência pelo Núcleo de Planejamento das Contratações (NPC) e validação minuciosa pela Assessoria Jurídica antes da publicação.	Sanar com máxima celeridade os vícios apontados pela Secretaria-Geral e abrir novo processo sob a estrita égide da Lei nº 14.133 /2021.	Núcleo de Planejamento das Contratações (NPC) e Assessoria de Segurança Institucional (ASI).
4	Pré-Contratual / Transição	"Limbo Contratual" por Encerramento de Vigência: Término do contrato atual antes do início operacional do novo ajuste.	Média	Descontinuidade no monitoramento de alarmes das unidades, gerando extrema vulnerabilidade predial e pessoal pelo fim do Contrato nº F038/2021.	Estabelecimento antecipado e estratégico do cronograma de licitação, prevendo margem de tempo de folga para a transição completa.	Prorrogação excepcional temporária do contrato vigente se houver permissivo ou acionamento de contingência tática pela vigilância armada.	Assessoria de Segurança Institucional (ASI) e Secretaria-Geral.
5	Contratação e Implantação	Recusa na Assinatura do Contrato ou da ARP: Desistência ou inércia do licitante vencedor homologado.	Baixa	Atraso na execução inicial e necessidade de reabrir etapas procedimentais.	Planejamento da licitação com critérios rigorosos de habilitação e previsão explícita de sanções pesadas vinculadas à Lei nº 14.133/2021.	Aplicar as sanções administrativas e legais cabíveis e convocar imediatamente as empresas remanescentes conforme ordem de classificação.	Seção de Controle de Contratos e Convênios.
6	Contratação e Implantação	Inadequação da Infraestrutura Física Local: Ausência de condições estruturais civis nos fóruns e prédios administrativos.	Baixa	Atrasos na instalação e falhas operacionais na fixação física do sistema de alarme e cercas.	Realização de auditorias ou vistorias prévias nas instalações e elaboração de cronograma com plano conjunto de adequação com a contratada.	Ajustar as instalações físicas de maneira emergencial, realocar recursos táticos temporários e revisar prazos com penalização se houver desídia da empresa.	Gestor do Contrato.
7	Contratação e Implantação	Infraestrutura de Rede e Links Instáveis: Canais de dados insuficientes para a transmissão do monitoramento remoto.	Baixa	Falhas na transmissão de dados e eventos críticos, comprometendo a qualidade e a prontidão do monitoramento 24/7.	Realizar testes prévios de capacidade de rede, planejar upgrades de links antes da instalação e exigir contratualmente redundância de comunicação (ex.: chip GPRS).	Atualizar a infraestrutura de rede de forma emergencial, ativar os canais de backup tecnológico e renegociar os prazos de estabilização técnica.	Gestor do Contrato e Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).
8	Contratação e Implantação	Danos Civis ao Patrimônio durante a Instalação: Danos estruturais provocados pelas equipes técnicas da contratada nas unidades judiciárias.	Baixa	Prejuízos financeiros ao erário, avarias em prédios públicos e comprometimento estético/estrutural de comarcas.	Fiscalização próxima e exigência de emissão prévia de ordens de serviço por loteamento de implantação, detalhando o padrão de cabeamento e furação.	Notificar a empresa para recomposição civil imediata sob suas expensas exclusivas, sob pena de glosas em faturas e acionamento de garantias contratuais.	Fiscal Técnico do Contrato.
9	Contratação e Implantação	Entrega de Equipamentos com Baixa Qualidade: Disponibilização de hardware obsoleto, frágil ou defeituoso sob a forma de comodato.	Baixa	Comprometimento da eficiência detetiva do ecossistema, falsas falhas eletrônicas e aumento drástico dos custos ocultos de manutenção.	Estabelecer especificações técnicas minuciosas no TR, exigir amostras para homologação e requerer certificações de conformidade de mercado.	Rejeitar os itens no ato do recebimento provisório, emitir notificação solicitando a substituição por modelos adequados e aplicar penalidades contratuais.	Gestor do Contrato.
10	Contratação e Implantação	Atraso Cronológico na Instalação do Parque Tecnológico: Descumprimento dos prazos de instalação nas 90 centrais de alarme e demais periféricos planejados.	Média	Atraso no fornecimento pleno da proteção institucional, prolongando o período de exposição a riscos de intrusão.	Planejamento por Ordens de Serviço (OS) rígidas e escalonadas; condução de reunião inicial com o preposto para reforçar o cronograma e os impactos operacionais.	Notificar formalmente a empresa acerca do descompasso no planejamento e aplicar tempestivamente as multas diárias previstas no edital e contrato.	Fiscal Técnico e Gestor do Contrato.
11	Execução Contratual	Fenômeno da "Fadiga de Alarme" por Falsos Disparos: Acionamentos indevidos constantes causados por má calibragem ou sensores ineficazes.	Média	Redução do nível de alerta das equipes de segurança institucional, custos financeiros inertes com deslocamentos táticos vãos e perturbação vizinha.	Exigência em TR de sensores infravermelhos de dupla tecnologia, blindados contra interferências eletromagnéticas e com imunidade a pequenos animais (PET immunity).	Exigir a abertura imediata de chamado corretivo para recalibragem das zonas em curto prazo ou substituição mandatória dos sensores falhos sob pena de glosa contratual.	Fiscal Técnico e Empresa Contratada.
12	Execução Contratual	Queda na Qualidade do Monitoramento e Descumprimento de SLAs: Demora no atendimento de ocorrências ou falhas na vigilância continuada.	Baixa	Presença de vícios na execução do serviço, omissões frente a sinistros e instalações operando abaixo dos padrões técnicos esperados.	Fiscalizar preventivamente as ações da contratada, realizar rotinas automatizadas de testes diários de integridade e avaliar resultados mensais de forma rigorosa.	Notificar a contratada indicando as quebras de conformidade e aplicar rapidamente as multas e sanções administrativas pecuniárias e contratuais previstas.	Fiscal Técnico, Gestor do Contrato e Secretaria-Geral.

MAPA DE RISCO

Nº	Fase da Contratação	Descrição do Risco	Probabilidade	Dano Potencial / Impacto	Ação Preventiva (Mitigação)	Ação de Contingência	Responsável
13	Execução Contratual	Baixa Qualificação dos Profissionais da Contratada: Alocação de técnicos ou operadores de mesa de monitoramento sem o devido preparo.	Baixa	Erros graves na triagem de alarmes, falhas de configuração nos sistemas de segurança e manutenção ineficaz.	Exigir contratualmente comprovação documental de qualificação e experiência prévia (como conhecimento do ecossistema VMS Milestone) e treinamentos iniciais específicos.	Requerer a substituição imediata dos profissionais julgados inaptos, aplicar sanções pela não conformidade de pessoal e determinar recapacitação sob expensas da empresa.	Gestor do Contrato.
14	Execução Contratual	Contingenciamento ou Redução de Recursos Orçamentários: Restrições financeiras supervenientes no âmbito do Poder Judiciário.	Baixa	Incapacidade de honrar faturas mensais, gerando o risco de suspensão dos serviços essenciais contínuos de monitoramento e locação.	Registrar a execução real em tempo real, manter memórias de cálculo atualizadas e municiar coordenadores e secretários sobre os riscos financeiros envolvidos.	Solicitar estudo técnico de remanejamento e movimentação orçamentária interna ou formular propostas junto ao Executivo Estadual para a abertura de créditos suplementares.	Gestor do Contrato e Secretaria-Geral.
15	Execução Contratual	Perda da Regularidade Fiscal, Trabalhista ou Social: Inadimplência da empresa com tributos ou obrigações laborais.	Baixa	Implicações jurídicas e financeiras acessórias, impedimento legal de realizar repasses e risco de rescisão impositiva.	Exigência compulsória de certidões atualizadas em períodos regulares durante a execução, condicionando cada liquidação de pagamento à regularidade da contratada.	Suspender cautelarmente os pagamentos das faturas, notificar a empresa para regularização imediata em prazo estrito e deflagrar processo de rescisão com substituição se necessário.	Gestor do Contrato.
16	Execução Contratual	Interrupção Contratual Abrupta ou Falência: Abandono imprevisto ou colapso financeiro/jurídico da empresa prestadora.	Baixa	Descontinuidade imediata das barreiras de segurança eletrônica de alta disponibilidade, deixando as dependências desprotegidas.	Estabelecer cláusulas jurídicas claras e protetivas, manter comunicação gerencial constante e estruturar previamente um plano de continuidade de serviços.	Acionar com agilidade a contratação de remanescentes da licitação, reter saldo de garantias, e manter rotinas emergenciais provisórias via canais e recursos internos do PJES.	Gestor do Contrato e Assessoria de Segurança Institucional.
17	Execução Contratual	Subcontratação Irregular do Objeto: Repasse ilícito das parcelas principais de monitoramento ou inteligência a terceiros.	Baixa	Perda do controle de qualidade técnica, quebra do elo de confiança institucional e execução por pessoal desprovido de habilitação jurídica.	Inclusão de cláusula expressa no TR e contrato vedando terminantemente a subcontratação do núcleo principal da solução e parcelas de relevância técnica.	Instauração de processo administrativo para rescisão unilateral e punitiva imediata por infração contratual grave, cumulada com aplicação de multas.	Fiscal Técnico e Gestor do Contrato.
18	Execução Contratual	Vazamento de Dados e Falhas de Segurança da Informação: Exposição de plantas de alarmes ou compartilhamento indevido de Credenciais Master.	Baixa	Fragilização total das defesas físicas das unidades judiciárias, permitindo que criminosos burlam os perímetros sem detecção eletrônica.	Proibição categórica de fornecimento da senha Master a usuários comuns, exigência de Termos de Confidencialidade (NDA) e fluxos exclusivos e rastreáveis de gestão de senhas.	Revogação eletrônica e redefinição imediata de todas as credenciais sob suspeita, auditoria nos logs de eventos das centrais, sanções administrativas graves e encaminhamento para apuração criminal.	Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Assessoria de Segurança / STI.
19	Execução Contratual	Acidentes ou Choques Graves com a Cerca Eletrificada: Falha técnica de pulso ou isolamento que cause injúria fatal ou severa a terceiros.	Baixa	Responsabilização civil e criminal do Poder Judiciário, lesões graves a transeuntes ou servidores e crises institucionais de imagem pública.	Exigência contratual de que as cercas elétricas possuam obrigatoriamente certificação do INMETRO, aterramento técnico perfeito e placas de sinalização ostensivas.	Desativação imediata e emergencial do perímetro energizado avariado, acionamento do suporte técnico em regime de urgência e repasse integral da responsabilidade civil regressiva à contratada.	Fiscal Técnico do Contrato.
20	Encerramento Contratual	Atraso Abusivo na Desmobilização e Retirada de Equipamentos: Retenção indevida ou lentidão da empresa ao fim da vigência do contrato.	Baixa	Embaraço logístico nos fóruns, conflitos patrimoniais de posse e atraso físico para a instalação dos equipamentos pela nova contratada.	Fixar no TR prazos claros e cronogramas rígidos de desmobilização por regiões geográficas, atrelando a liberação das últimas parcelas ou garantias à retirada limpa.	Aplicação coercitiva de multas diárias pós-contratuais, notificação extrajudicial com prazo peremptório ou depósito judicial dos itens em caso de abandono.	Gestor do Contrato e Assessoria Jurídica.